



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Tribunal de Recursos**

**Díli – Timor-Leste, 11 de julho de 2008**

Senhor presidente do Tribunal de Recursos do Timor-Leste, senhor Cláudio Ximenes,

Senhores ministros de Estado do Timor e do Brasil,

Embaixador,

Senhores magistrados timorenses,

Meus amigos e minhas amigas,

É uma honra especial dirigir-me aos membros do órgão máximo do Judiciário timorense. Muitas vezes, em visitas oficiais, a ida de um chefe de Estado estrangeiro ao Judiciário de outro país pode parecer um evento puramente protocolar. Não é o caso do Timor-Leste, onde a própria existência desta Corte é símbolo das vitórias alcançadas na luta pela consolidação da paz. Por isso, fiz questão de vir ao Supremo Tribunal de Recursos.

Para nós, brasileiros, a independência do Timor-Leste teve significado especialmente importante: solidarizamos-nos com a luta do povo timorense, respaldamos seu direito à autodeterminação. Hoje, acompanhamos de perto os passos firmes dados pelos timorenses para consolidar uma nação democrática e pacífica.

Quero fazer aqui uma homenagem à memória de Sérgio Vieira de Mello. Ele desempenhou um dos mandatos mais complexos assumidos pelas Nações Unidas na construção de um Estado-Nação. Por suas qualidades e méritos, nosso saudoso Sérgio ajudou, com muito êxito, no processo de transição para a independência do Timor. Deixou aqui as sementes de um futuro melhor para os timorenses. À frente da administração transitória da ONU, tomou medidas



efetivas para colocar em funcionamento instituições verdadeiramente timorenses. Tempos depois, essas instituições já se revelaram sólidas para enfrentar o criminoso atentado contra o presidente Ramos-Horta e souberam reagir de modo sensato à lógica da violência.

Apesar dos progressos, é importante que as Nações Unidas permaneçam neste país pelo tempo que os timorenses considerarem necessário. A ONU tem desempenhado papel crucial na reconstrução do Timor-Leste, com a prestação de assistência em setores-chave, inclusive no fortalecimento do Estado de Direito.

De nossa parte, estamos profundamente comprometidos e queremos continuar a contribuir para a estabilidade de longo prazo do Timor-Leste. O Brasil tem vínculos fortes com o Timor que vão além da nossa língua comum.

Com vários programas em andamento, queremos aprofundar nossa cooperação em áreas como educação, justiça e segurança. Exemplo concreto é o Programa de Formação e Treinamento de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos. Nossa participação ocorre com o envio de profissionais da Justiça brasileira. No momento, estão aqui alguns defensores públicos brasileiros.

Outra iniciativa relevante é o estabelecimento de grupo de trabalho para elaborar anteprojeto de Código de Justiça Militar. O texto deverá ser submetido ao governo timorense em breve, e continuaremos contribuindo para o treinamento das forças timorenses de segurança.

Senhor Presidente,

No Brasil, não são poucos os desafios que enfrentamos em matéria de segurança pública, mas estamos procurando combater o crime e, ao mesmo tempo, as causas do crime. Estamos procurando aprimorar as instituições que aplicam a lei. Nosso Judiciário vem passando por uma renovação sem precedentes. Houve um tempo, no Brasil, em que algumas pessoas acreditavam que estavam acima da lei. Isso vem mudando muito ultimamente.



Creio que estamos combatendo a impunidade e garantindo os direitos fundamentais e aperfeiçoando o nosso Estado Democrático de Direito. Mas é um aperfeiçoamento que requer esforços contínuos.

E precisamos empreender esses esforços porque é no Estado de Direito, que as tensões e conflitos são solucionados pacificamente. Onde há um Judiciário independente, imparcial, acessível e célere, a justiça pode ser mais facilmente realizada. Se as normas jurídicas são justas e aplicadas de modo equitativo, o povo tende a confiar em suas instituições.

Em situações pós-conflito, o funcionamento adequado dos órgãos judiciais é condição fundamental para romper o ciclo de violência e evitar a recorrência dos conflitos.

A prevalência do Direito deve pressupor a observância de princípios como a igualdade perante a lei, a separação de poderes, a justiça social, entre outros preceitos fundamentais. Tudo isso levando em conta o compromisso com o fortalecimento da democracia.

Esse Tribunal é a prova maior de que instituições fortes podem garantir o diálogo e a concórdia. Vossa Excelência e os demais magistrados timorenses, assim como os membros do Ministério Público e os advogados, sabem da importância do papel dos profissionais da Justiça na consolidação da paz e da estabilidade timorense. Sabem que o povo timorense conta com as senhoras e os senhores para que seus direitos sejam garantidos e realizados.

O Timor-Leste anseia por paz, segurança e desenvolvimento. É preciso criar condições para que os timorenses realizem seus plenos potenciais. Contem com o Brasil nessa empreitada.

Muito obrigado.

(\$211B)